CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA - CLP
MASTER EM LIDERANÇA E GESTÃO PÚBLICA - MLG
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALINE CARDOSO MENDES DE AZEVEDO
ÂNGELA CRUZ GUIRAO
GUSTAVO OLIVEIRA BRAGA DE SOUZA
MARCELO MENEZES DOS SANTOS

POLÍTICAS DE COMBATE AO BULLYING: A EXPERIÊNCIA DA FINLÂNDIA E AS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO NO BRASIL

SÃO PAULO/SP
2023

AGRADECIMENTOS

As nossas famílias, por todo amor e suporte;

Aos professores Fernando Coelho e Humberto Dantas, que orientaram este trabalho;

Aos demais professores do curso Master em Liderança e Gestão Pública (MLG), que nos apoiaram e inspiraram ao longo dessa jornada;

Aos colegas da turma 7, que compartilharam conosco momentos únicos, vivências e experiências;

À equipe do CLP, principalmente Leandro Lourenço e Renato Alves, por todo suporte e acolhimento;

E, por fim, ao Demos Helsinki, pela experiência inspiradora na Finlândia.

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana seja apenas outra alma humana”

Carl Jung

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ocupa-se do estudo sobre as políticas de combate ao bullying com base na experiência da Finlândia e nas possibilidades de aplicação no Brasil. Para atingir tal objetivo, partiu-se de uma análise sobre a eficácia do KiVa, programa antibullying do referido país nórdico, fazendo uso de levantamento bibliográfico com os resultados do acompanhamento da implementação do projeto na Finlândia e em outros países. O caminho percorrido inicia-se pela conceituação de bullying, passando pelo combate ao bullying no Brasil, para finalmente encontrar o KiVa. A junção dos ensinamentos emanados sustenta a indicação de recomendações para a aplicação do modelo finlandês no Brasil e uma melhor perspectiva de sucesso.

Palavras-Chaves: Combate ao Bullying, KiVa, Políticas Públicas

ABSTRACT

This work addresses the study of anti-bullying policies based on the Finnish experience and their potential for application in Brazil. In order to achieve this objective, an analysis was carried out on the effectiveness of KiVa, the anti-bullying program in the Nordic country, using a bibliographic survey with results from the implementation of the project in Finland and other countries. The path taken begins with the conceptualization of bullying, proceeds through bullying prevention in Brazil, and finally arrives at KiVa. The integration of the lessons learned supports the recommendation of guidelines for the implementation of the Finnish model in Brazil and a better prospect of success.

Keywords: Bullying Prevention, KiVa, Public Policies

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**6**
2	**O CONCEITO DE BULLYING**	**9**
3	**A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE COMBATE AO BULLYING NO BRASIL**	**14**
4	**O PROGRAMA ANTIBULLYING DA FINLÂNDIA: KIVA**	**21**
	4.1 - Contexto finlandês para o desenvolvimento do KiVa	**21**
	4.2 - Detalhamento do KiVa	**24**
	4.3 - A eficácia do KiVa	**27**
	4.4 - A sustentabilidade do KiVa	**28**
	4.5 - Aplicação do KiVa em outros países	**30**
	4.6 - O KiVa durante o isolamento domiciliar no contexto da covid-19	**30**
5	**COMO O MODELO FINLANDÊS PODE SER APLICADO NO BRASIL**	**32**
6	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**36**
7	**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**	**41**

1 INTRODUÇÃO

Considera-se bullying, a intimidação sistemática e intencional que causa sofrimento ou dano à vítima, por meio de ato de violência física ou psicológica, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015).

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23% dos estudantes entrevistados afirmaram ter sido vítimas de bullying, ou seja, sentiram-se humilhados por provocações feitas por colegas nos 30 dias anteriores à pesquisa. Quando perguntados sobre o motivo de sofrerem bullying, os três maiores percentuais foram para aparência do corpo (16,5%), aparência do rosto (11,6%) e cor ou raça (4,6%). Além disso, 13,2% dos adolescentes já se sentiram ameaçados, ofendidos e humilhados especificamente em redes sociais ou aplicativos. Consideradas apenas as meninas, esse percentual é ainda maior: 16,2%. A pesquisa foi realizada antes da pandemia, entre abril e setembro de 2019. Foram entrevistados quase 188 mil estudantes, entre 13 e 17 anos, em 4.361 escolas de 1.288 municípios de todo o país, sendo a amostra indicada pelo IBGE como representativa de 11,8 milhões de estudantes brasileiros.

Em 2015, foi promulgada a Lei Federal nº 13.185/2015 (BRASIL, 2015), que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), trazendo insumos e diretrizes para a criação de políticas públicas em estados e municípios pela primeira vez. A lei entrou em vigor em fevereiro de 2016 e, a partir daí, foram instituídas diversas iniciativas de entes subnacionais com o objetivo de alertar e conscientizar pais e alunos sobre o assunto.

Porém, as ações têm ocorrido de forma pulverizada com debates e ações isoladas em estados, sem que haja uma coordenação nacional, dificultando a produção de relatórios e estudos sobre o tema (SILVA E ASSIS, 2008a). Tendo em vista que as políticas públicas nacionais, em virtude das constantes mudanças de gestão federal, não apresentam a continuidade necessária ao estabelecimento do programa, propõe-se a análise de uma experiência internacional que poderia servir como base para a discussão e organização do tema no Brasil.

Considerando a importância da política pública, objetiva-se analisar o KiVa, um programa antibullying baseado em pesquisas e evidências desenvolvido pela Universidade de

Turku, com financiamento do Ministério da Educação e Cultura da Finlândia, que apresentou resultados efetivos, a exemplo da significativa redução de todas as formas de bullying em mais de 200 escolas finlandesas após o primeiro ano de implementação.

Nacionalmente, no campo das políticas públicas de educação, a Finlândia se propôs a combater ativamente o bullying em suas escolas através do referido programa, cujo método perpassa a desconstrução de situações de bullying nas escolas, ou seja, ensina crianças de 7 a 13 anos a identificar diferentes formas de bullying. Elas são conscientizadas sobre as formas de abuso desde o início da vida escolar, diminuindo, assim, a incidência de agressões. Com metodologia simples, o KiVa tem diminuído o número de crianças e adolescentes que sofrem intimidação nas escolas, e o sucesso foi tão grande que o método recebeu o Prêmio Europeu de Prevenção da Criminalidade em 2009.

De acordo com a última publicação mundial sobre educação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2022), o Brasil e a Finlândia estão próximos quando se compara o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) investido em educação básica - 3,9% do PIB Brasileiro contra 3,7% do PIB Finlandês. Por outro lado, enquanto se observa no Brasil a presença forte do bullying na vida dos estudantes através da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, a Finlândia percebeu redução expressiva no número de casos reportados de bullying em suas escolas desde o primeiro ano da aplicação. Além disso, 98% dos estudantes que reportaram casos em escolas que já haviam recebido a metodologia do KiVa sentiram que suas situações melhoraram após o tratamento pelas equipes.

Considerando, portanto, o sucesso do modelo finlandês, a necessidade da ampliação da discussão e a ausência de continuidade das políticas públicas do tema no Brasil, propõe-se traçar um panorama sobre o processo de construção da legislação de combate ao bullying e a situação atual da aplicação da Lei Federal nº 13.185/2015, bem como uma breve pesquisa em outros países em que o KiVa já possui parcerias estabelecidas e está em uso.

Neste sentido, para além desta introdução, o presente trabalho organiza-se da seguinte forma: (i) seção com conceitos sobre o bullying a partir das bibliografias consolidadas sobre a temática; (ii) contextualização sobre as políticas públicas antibullying aplicadas e regulamentadas no Brasil; (iii) contextualização, detalhamento, eficácia e sustentabilidade sobre o programa antibullying - KiVa da Finlândia; (iv) aplicação em outros países que implementaram o KiVa e os resultados preliminares; (v) análise de como pode - e o que pode -

ser aplicado do modelo finlandês no Brasil, com a indicação de recomendações. Por fim, na conclusão, o objetivo do trabalho é retomado, com apresentação das limitações da pesquisa e implicações práticas e gerenciais.

2 O CONCEITO DE BULLYING

É praticamente impossível falar de bullying sem citar Dan Olweus (1931-2020), psicólogo sueco-norueguês, importante professor-pesquisador da Universidade de Bergen, na Noruega, reconhecido como um pioneiro da pesquisa sobre bullying e que se dedicou aos estudos sobre o tema por mais de 40 anos. Para Olweus (1993), uma pessoa está sendo vitimada pelo bullying quando é exposta, repetidamente e com o tempo, a ações negativas por parte de um ou mais outros sujeitos.

Com base na referida definição, o autor sustenta que a ação negativa condizente com o bullying ocorre quando alguém infringe ou tenta infligir insultos ou aborrecimentos a outrem. O uso dos três critérios: (i) intenção, (ii) repetitividade e (iii) desequilíbrio de poder para classificar um comportamento como bullying é bem aceito entre pesquisadores e profissionais. É importante observar que a pessoa exposta a ações negativas têm dificuldade em se defender (OLWEUS, 2013).

Smith e Sharp (1994) consideram que o bullying pode assumir uma variedade de formas: alguns são diretos e físicos - batendo, tropeçando, levando pertences; alguns são diretos e verbais - com provocações, talvez sobre raça ou deficiência; e alguns são indiretos - passando histórias ou rumores desagradáveis sobre alguém pelas costas ou excluindo alguém de grupos sociais.

No entanto, segundo Olweus (2013), não é considerado bullying quando a provocação é feita de forma amigável e lúdica ou quando dois alunos com aproximadamente a mesma força ou poder discutem ou brigam.

Mesmo estando presente em muitos ambientes, como trabalho, casa, prisão, conforme Smith e Sharp (1994), o bullying é mais frequente no espaço escolar e afirmam que provavelmente sempre tenha ocorrido nas escolas, desde o início da existência das mesmas.

Ifanger (2014) sustenta que é nesse ambiente que ele adquire maior importância, uma vez que crianças e adolescentes, cujas personalidades estão ainda em desenvolvimento, têm mais dificuldade em lidar com esse tipo de violência e também são mais suscetíveis às suas consequências negativas.

No artigo “School Bullying: Development and Some Important Challenges” (Bullying Escolar: Desenvolvimento e alguns Desafios Importantes), publicado na Revista Anual de Psicologia Clínica, em 2013, Olweus traça um histórico sobre a sua pesquisa a respeito do bullying escolar (OLWEUS, 2013). O autor revela que o interesse da sociedade sobre o fenômeno começou na Suécia no final da década de 1960 e início da década de 1970 com o termo “mobbing”, introduzido no debate público sueco pelo médico escolar Peter-Paul Heinemann. Heinemann “emprestou” o termo “mobbing” de um livro sobre agressão escrito pelo etólogo austríaco Konrad Lorenz. Segundo o mesmo artigo de Olweus, a palavra “mobbing” é usada para descrever um ataque coletivo de um grupo de animais a um animal de outra espécie, geralmente maior e inimigo natural do grupo. Foi também usado para caracterizar a ação de uma classe escolar ou um grupo de soldados que se unem contra um desviante individual (OLWEUS, 2013).

Na mesma publicação, Olweus revela que expressou dúvidas sobre a adequação do termo “mobbing” para descrever o tipo de assédio de pares que ocorreu em ambientes escolares. Ele percebeu que as conotações implícitas no conceito de “mobbing” poderiam facilmente levar a expectativas inadequadas sobre o fenômeno do bullying e a eventuais aspectos do problema sendo negligenciados (OLWEUS, 2013).

Um problema adicional, citado por Olweus, era que, naquela época, não existiam dados para lançar luz sobre preocupações envolvidas no debate geral sobre o bullying. Foi quando ele iniciou na Suécia, no início da década de 1970, o que parece ser o primeiro projeto de pesquisa sobre bullying, cujos resultados foram publicados pela primeira vez em um livro em sueco em 1973, que traçou um esboço da anatomia do assédio entre pares em escolas e buscar respostas empíricas para pelo menos algumas das questões-chave que estiveram em foco no debate público sueco (OLWEUS, 2013).

Segundo o autor, tal estudo mostra claramente que um número relativamente pequeno de alunos em sala de aula geralmente está muito mais ativamente envolvido no assédio ou no bullying do que outros, que não estão diretamente envolvidos no bullying ou apenas em papéis mais ou menos marginais (OLWEUS, 2013).

No início da década de 1970, quando iniciou seu primeiro projeto de pesquisa sobre bullying, não foi possível estabelecer uma definição muito rigorosa. No entanto, a necessidade de uma definição relativamente clara e circunscrita tornou-se urgente com o lançamento de

uma campanha contra o bullying liderada pelo governo norueguês, em 1983, que abrangeu todo o país e que teve grande repercussão (ISOLAN, 2014).

Segundo Isolan (2014, p.69), após analisar dados de 84 mil estudantes, o pesquisador concluiu que um em cada sete estudantes estava envolvido em casos de bullying:

> Tal fato gerou uma campanha nacional, com o apoio do governo norueguês, que reduziu em torno de 50% o bullying nas escolas. Tais medidas tiveram muita repercussão e foram consideradas como tendo muito sucesso, desencadeando outros estudos e campanhas semelhantes em outros países. Inicialmente, em especial no início da década de 1990, países europeus como Finlândia, Inglaterra, Irlanda e, posteriormente, diversos outros países do mundo também passaram a estudar e a desenvolver medidas e diretrizes de prevenção ao bullying.

Como dito acima, foi a campanha realizada em território noruguês que deu o "start", para uma definição acerca do fenômeno. No artigo Bully/Victim Problems in School (Problemas de Intimidação/Vitimização na Escola), publicado em 1996, Olweus define bullying escolar da seguinte maneira geral: "um aluno está sendo intimidado ou vitimado quando é exposto, repetidamente e com o tempo, a ações negativas por parte de um ou mais outros alunos" (OLWEUS, 1996, p.334). O autor ainda complementa: "Para usar o termo bullying, deve haver também um desequilíbrio na força (uma relação de poder assimétrica). O aluno exposto a ações negativas têm dificuldade em se defender e é um tanto impotente contra o aluno ou alunos que assediarem" (OLWEUS, 1996, p.334) .

O bullying na escola hoje é um fenômeno conhecido, mas, por algum tempo após a publicação do seu primeiro estudo, Olweus trabalhou relativamente sozinho em pesquisas e trabalhos de intervenção contra problemas de agressores/vítimas em nível internacional. No entanto, no início dos anos 1980, a pesquisadora finlandesa Kirsti Lagerspetz, que já havia conduzido principalmente pesquisas sobre agressão em animais, publicou estudos sobre bullying escolar. Outras pesquisas sobre bullying ganharam destaque a partir dos anos 1990, com Ken Rigby, da Austrália, e com Sonia Sharp e Peter Smith, do Reino Unido, citados anteriormente (OLWEUS, 2013).

O pesquisador cita que o criminologista David Farrington, do Reino Unido, foi outro importante colaborador e percebeu o valor e a importância de estudar esses problemas. No que diz respeito aos estudos nos Estados Unidos, ao que tudo indica, David Perry foi provavelmente o primeiro pesquisador a mostrar um interesse sério pelo problema, conforme dados de reportagem do jornal New York Times, datada de 1993 (KUTNER, 1993). Olweus

(2013), por outro lado, não poupa críticas ao fato de a pesquisa sobre bullying nos Estados Unidos não ter sido percebida como importante até o início da primeira década do século XXI, portanto, mais de dez anos depois de iniciada na Europa (fora da Escandinávia) e na Austrália.

Ao olhar para os mais de 40 anos desde que despertou seu interesse pela pesquisa sobre bullying, Olweus cita o que chama de dois fatos que considera impressionantes e gratificantes:

> O primeiro é o fato de que ocorreu uma mudança dramática em muitos países do mundo na percepção dos problemas de agressor/vítima: de ser considerado uma parte natural do crescimento para ser visto como uma questão social e de saúde pública premente que as escolas e as autoridades educativas devem levar a sério e contrariar. A segunda é a documentação e (talvez ainda parcial) compreensão de que é bem possível reduzir consideravelmente esses problemas com um programa de intervenção baseado em pesquisa e implementado com algum grau de fidelidade (OLWEUS, 2013, p. 775)

Segundo Guareschi e Silva (2008), o termo bullying deriva de bully que, como substantivo, tem a significação de valentão, tirano e, como verbo, de brutalizar, tiranizar, amedrontar. Lopes Neto (2005), por sua vez, descreve que a adoção universal do termo bullying decorreu da dificuldade em traduzi-lo para diversas línguas. Durante a realização da Conferência Internacional Online School Bullying and Violence, realizada em 2005 o conceito foi discutido sobre a seguinte ótica: "ficou caracterizado que o amplo conceito dado à palavra bullying dificulta a identificação de um termo nativo correspondente em países como Alemanha, França, Espanha, Portugal e Brasil, entre outros" (LOPES NETO, 2005, p. 165).

Pereira (2008, p. 16-17) também corrobora:

> A designação do fenômeno na língua portuguesa carece de um conceito que identifique simultaneamente os atributos de personalidade dos sujeitos que dissociamos aos incidentes agressivos e as características que os comportamentos desses mesmos sujeitos assumem [...]. Assim, adotamos o termo "*bullying*" associado ao termo agressividade, por não conseguirmos uma tradução fiel, cujo sentido seja a agressão deliberada entre iguais.

No cenário brasileiro, o bullying começou a ser estudado a partir da década de 1970, passou a ser discutido com mais ênfase na década de 1990, mas foi, a partir de 2005, que o tema passou a ser objeto de discussão em artigos científicos com estudos coordenados pelo médico pediatra carioca Aramis Lopes Neto, fundador da Associação Brasileira

Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia), de acordo com a publicação "O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos", de Oliveira-Menegotto et al. (2013).

De acordo com Lopes Neto (2005), a Abrapia desenvolveu entre 2002 e 2003, o Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre Estudantes, com o objetivo de investigar as características desses atos entre 5,5 mil alunos de quinta à oitava série do ensino fundamental e sistematizar estratégias de intervenção capazes de prevenir a sua ocorrência. Apesar de o estudo ter sido realizado em pouco mais de um ano, houve redução da agressividade entre os estudantes, melhorando as condições do ambiente escolar, que resultaram também no nível de aprendizado e preservação do patrimônio.

3 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE COMBATE AO BULLYING NO BRASIL

A violência nas escolas brasileiras, como mencionado no capítulo anterior, se tornou um objeto de pesquisa ao longo das décadas de 1970 e 1980, como apresentam Abramovay e Rua (2002), no livro "Violência nas Escolas". Influenciados por pesquisadores internacionais que estudam o fenômeno do crescimento da violência em escolas de países como França e Estados Unidos, cientistas sociais brasileiros também passaram a estudar a violência escolar enquanto fenômeno social.

Porém, a atenção dos pesquisadores de educação - e da sociedade, por consequência - foi atraída apenas nos anos 1990, quando a violência escolar deixou de ser estudada unicamente sob a ótica das relações com o crime organizado ou crimes contra o patrimônio e passou a se destacar a ocorrência de violências entendidas como menos agressivas à época:

> Nos últimos anos, chama a atenção o aumento, ou o registro, de atos delituosos e de pequenas e grandes "incivilidades" nas escolas, o que justifica o sentimento de insegurança dos que a frequentam. Tornam-se mais visíveis as transgressões, os atos agressivos, os incidentes mais ou menos graves que tem como palco a escola ou seu entorno, onde todos os atores (alunos, professores, o corpo técnico-pedagógico, pais e agentes de segurança) sentem-se vítimas em potencial (ABRAMOVAY E RUA, 2002, p. 93)

Com o aumento da utilização dos meios de comunicação em massa e a transformação digital ocorrida nas decadas de 1990 e 2000, o assunto da intimidação como forma de violência latente nos ambientes escolares se popularizou rapidamente, o que trouxe o termo bullying para o centro dos noticiários e das discussões a respeito da saúde mental dos estudantes. A popularização do termo permitiu uma melhor compreensão do problema e ajudou a sensibilizar a sociedade para a importância da prevenção e combate à violência nas escolas (ABRAMOVAY E RUA, 2002).

No ano de 2009 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde e apoio do Ministério da Educação (MEC), realizou a primeira edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE, com o objetivo de avaliar a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes que estudavam nas escolas públicas e privadas do país.

A referida edição da PeNSE abordou diversos aspectos relacionados à saúde, incluindo a saúde mental e o bullying e se tornando um marco para a transformação do bullying em assunto central do combate à violência escolar (IBGE, 2019).

De acordo com os dados da PeNSE 2009, cerca de 30% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos que estudavam no Brasil relataram ter sofrido bullying pelo menos uma vez na semana anterior à realização da pesquisa. Além disso, a pesquisa também revelou que os jovens que sofriam bullying apresentavam maiores taxas de sintomas de ansiedade e depressão e tinham mais dificuldades para se adaptar à vida escolar do que aqueles que não sofriam bullying (IBGE, 2019).

A partir daí, foram realizadas diversas pesquisas e estudos sobre o bullying no Brasil, o que permitiu uma maior compreensão do fenômeno e da sua magnitude. Através do Ministério da Justiça, foi realizada a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, que trouxe luz ao tema, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI. A Política Nacional de Prevenção da Violência nas Escolas (PNPVE) nasceu dessa iniciativa, em parceria com o MEC, com o objetivo de combater a violência nas escolas e promover um ambiente escolar seguro e saudável para todas as crianças e adolescentes (ABRAMOVAY, 2009).

A PNPVE era uma política intersetorial que envolvia diversos órgãos e instituições, como o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e as secretarias estaduais e municipais de educação. A PNPVE definiu medidas para prevenir e combater a violência nas escolas, incluindo o bullying. Algumas dessas medidas incluíam a promoção de programas de formação e capacitação para professores e equipes escolares, a implantação de protocolos de atendimento a vítimas de bullying, a criação de espaços de diálogo e mediação de conflitos e a realização de campanhas de sensibilização e mobilização social (ABRAMOVAY, 2009).

Outra iniciativa do MEC importante para o combate ao bullying foi a adaptação do Programa de Convivência Democrática. O programa foi criado em 2004 com o propósito de estimular o estabelecimento de ambientes mais saudáveis e seguros nas escolas - focado na prevenção de violências - e é desenvolvido em parceria com os estados e municípios até os dias atuais. O Programa de Convivência Democrática tem como objetivo desenvolver ações de sensibilização e formação para professores, alunos e equipes escolares sobre a importância

da convivência democrática e do respeito à diversidade. Além disso, o programa também passou a incluir, ainda que timidamente, ações para prevenir e combater a violência nas escolas, incluindo o bullying, por meio de medidas como a implementação de regras de convivência democrática e a criação de espaços de diálogo e resolução pacífica de conflitos (BRASIL, 2007).

O Programa de Convivência Democrática, que existe até os dois atuais enquanto política pública financiada pelo MEC para estados e municípios por meio de adesão, promove um ambiente escolar seguro e saudável e combate a violência, incluindo o bullying, nas escolas brasileiras. Além disso, o programa também contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a convivência democrática e o respeito à diversidade (BRASIL, 2007).

Movimentos originados de educadores do país questionavam a inexistência de legislação federal específica de combate à importunação, destacando-se o trabalho do Professor Inácio José Feitosa Neto, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Feitosa Neto foi um dos responsáveis por articular pela tramitação da Lei Estadual nº 13.995/2009 no estado de Pernambuco, que se tornou anos depois o texto base da Lei Federal a respeito do assunto. A Lei Antibullying de Pernambuco foi a primeira de um estado brasileiro a incluir iniciativas de conscientização, prevenção, diagnóstico e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de educação básica (PERNAMBUCO, 2009).

Mediante pesquisa do conteúdo de propostas legislativas na página do Congresso Nacional[1] realizadas após a divulgação da PeNSE 2009, destacam-se três projetos: o Projeto de Lei nº 5.369/09, de autoria do deputado Vieira da Cunha; o Projeto de Lei nº 6.481/09, de autoria do deputado Maurício Rands; e o Projeto de Lei nº 6.725/10, de autoria do deputado Inocêncio Oliveira. Em todos os projetos, observa-se uma preocupação latente dos parlamentares com o crescimento da violência escolar através do bullying, como destacado abaixo:

> A pretensão maior da presente proposição legislativa é de conscientizar a sociedade para o problema e, assim, evitá-lo. Mais que isso, sustar o crescente êxodo escolar das crianças vítimas de "bullying", e, futuramente, de todo o processo de estresse, ansiedade, depressão e outros efeitos colaterais, como dependência do álcool, drogas e forte propensão ao suicídio, que acompanharão essas crianças e adolescentes em sua vida adulta (BRASIL, 2009a).

[1] BRASIL. *Câmara dos Deputados.* Disponível em: https://www.camara.leg.br/. Acesso em: 27 fev. 2023

> A sociedade brasileira vem sendo surpreendida com notícias cada vez mais frequentes sobre a prática de "bullying" nas unidades escolares de várias partes do país. Notícias de jornais, relatos de alunos e até imagens na internet nos mostram uma realidade violenta ocorrida nas escolas públicas e privadas.(...) A ausência de imperativo legal para orientação e combate a tal violência termina por facilitar a proliferação do "bullying", tratado de forma irônica e como brincadeira pelos próprios estudantes (BRASIL, 2009b)

> "Infelizmente, a comunidade escolar não está imune. O fenômeno das violências ultrapassou os muros da escola, constituindo-se hoje em preocupação de pesquisadores, agentes públicos e da sociedade civil. No projeto de lei ora apresentado, nosso foco é a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência no âmbito da instituição escolar. Nossa preocupação está direcionada, sobretudo, para as práticas sistemáticas de intimidação cometidas por alunos (BRASIL, 2010)

Apesar da preocupação dos parlamentares com o assunto, o Projeto de Lei Federal nº 5.369/2009, primeiro a ser protocolado e que acabou absorvendo os dois subsequentes, teve sua tramitação interrompida em 2010 quando do encerramento da legislatura vigente. Reeleito, o deputado Vieira da Cunha solicitou seu desarquivamento em 2011 e o recolocou no fluxo de tramitação de projetos entre as Comissões da Câmara. Chama atenção o fato de, apesar da urgência apresentada pelos legisladores, o Projeto de Lei em questão tenha permanecido dois anos em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 2013, o Projeto foi enviado ao Senado Federal e lá permaneceu por mais dois anos, retornando em 2015, com texto revisado e aprovado, e aí sim com requerimento de urgência apresentado pelo Colegiado de Líderes da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2009a).

O Projeto de Lei foi aprovado em 6 de novembro de 2015, se tornando a Lei Federal nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) (BRASIL, 2015). Destaca-se no parecer da relatora, deputada Maria do Rosário, a preocupação com a saúde mental e física dos estudantes brasileiros:

> Vários estudos, artigos, matérias jornalísticas da televisão, das revistas e dos jornais, materiais da rede mundial dos computadores, etc, chegam a nós cada vez com maior frequência a respeito do "bullying", materiais esses que causam constante e crescente preocupação a respeito desse fenômeno e suas consequências trágicas para nossa sociedade. As proposições dos nobres colegas são de extrema relevância, pois trata-se de assunto de interesse nacional, de dever da família, da sociedade e do Estado, com absoluta prioridade, colocar nossas crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, de acordo com o disposto no artigo 227 da Carta Constitucional (BRASIL, 2009a).

Aprovada pelo Congresso, a Lei Federal de Combate ao Bullying foi finalmente sancionada, tornando o bullying uma infração penal no Brasil a partir de 4 de fevereiro de 2016 (90 dias após a publicação). O texto da lei define o bullying como "qualquer ação agressiva ou hostil, realizada de forma repetitiva, com o objetivo de intimidar ou prejudicar uma pessoa". Além disso, a Lei estabelece medidas para prevenir e coibir o bullying nas escolas, incluindo a criação de programas de formação e capacitação para professores e funcionários escolares (BRASIL, 2015).

A Lei Federal nº 13.185/2015, aliada aos parâmetros estabelecidos pela já estruturada Política Nacional de Prevenção da Violência nas Escolas, permitiu que o Brasil pudesse ter uma série de ações concretas planejadas para combater o bullying nas escolas. Algumas dessas ações incluíam:

- Campanhas de conscientização: a partir da lei, foram realizadas campanhas de conscientização para alertar a sociedade sobre os efeitos negativos do bullying e incentivar a prevenção e combate a esse tipo de violência;
- Programas de apoio a vítimas: foram criados programas de apoio a vítimas de bullying, com o objetivo de oferecer acolhimento, orientação e ajuda psicológica a jovens que tenham sofrido bullying;
- Capacitação de professores e funcionários escolares: a lei estabeleceu a obrigatoriedade de capacitação de professores e funcionários escolares para que possam identificar e lidar com situações de bullying nas escolas;
- Disciplina aos agressores: a lei previa medidas disciplinares para responsabilizar os agressores, incluindo a possibilidade de expulsão de escolas, em casos graves;
- Políticas de inclusão: além de combater o bullying, as políticas de combate ao bullying têm como objetivo promover a inclusão e a diversidade nas escolas, tornando-as ambientes mais acolhedores e seguros para todas as crianças e adolescentes;
- Parcerias com a sociedade: as políticas de combate ao bullying também têm se baseado em parcerias com a sociedade, incluindo com a família, organizações não-governamentais e empresas, para amplificar os resultados e garantir a efetividade das ações.

Apesar dos instrumentos disponíveis e dos programas do MEC já consolidados até 2015, o ano de 2016 foi marcado por tensões políticas que prejudicaram a implementação efetiva, em termos de coordenação nacional, das ferramentas criadas pela Lei Federal nº 13.185. Em 2 de dezembro de 2015 o então presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, havia aceito e aberto um processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O processo foi conduzido por quase todo o ano de 2016, culminando com a destituição da presidente em 31 de agosto de 2016[2].

De setembro de 2016 em diante, sucederam-se diversas mudanças no MEC. Entre os anos de 2016 e 2022, durante as gestões dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, respectivamente, foram seis ministros diferentes, incluindo um inédito período de vacância do cargo de 26 dias em 2020. Esse tipo de descontinuidade de gestão gera, dentre outras consequências, desperdício de recursos públicos, desestímulos das equipes envolvidas, tensão e a animosidade entre técnicos estáveis e os que entram com as vitórias nos processos eleitorais (NOGUEIRA, 2006). A ruptura no comando dos ministérios causou enorme prejuízo à continuidade das políticas públicas, uma vez que gestores eram substituídos, novas diretrizes estabelecidas, e iniciativas mais frágeis como a recente aplicação da Lei de Combate ao Bullying foram colocadas em espera.

Além da iniciativa de Pernambuco citada anteriormente e do Programa elaborado pela Abrapia de Redução do Comportamento Agressivo pelos Estudantes, destacam-se algumas iniciativas locais que enfatizam a dificuldade dos gestores estaduais em implementar políticas sem a devida coordenação nacional: (i) Projeto Aprendendo a Conviver, desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná em conjunto com o MEC, obteve sucesso em capacitar 370 professores em 114 escolas do estado; (ii) Projeto Ser Diferente, Ser Igual, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, capacitou 250 profissionais de educação da região da Baixada Fluminense; (iii) Comissão de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul proporcionou, através de ações preventivas baseadas nos índices de violências das escolas da rede pública, uma redução pela metade nas ocorrências de bullying e demais violências entre 2017 e 2018; e por fim, (iv) institucionalização do Programa de Convivência Democrática em Minas Gerais, estabelecido pelo Governo Federal enquanto linha de aplicação de recursos pelo MEC, proporcionou a criação de um sistema

[2] BRASIL. *Senado Federal.* Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-e-temer-e-confirmado-presidente. Acesso em 27 fev 2023.

online para registro das ocorrências de violência para qualificação das ações de prevenção realizadas.

Em todas as iniciativas citadas, observam-se origens de projetos individuais de professores ou das comunidades escolares que acabaram por ser institucionalizadas. Porém, o impacto é limitado em decorrência da incapacidade dessas redes de padronizar iniciativas mínimas para todas as redes – públicas e privadas – e de mensuração dos resultados destas. Silva e Assis (2018a, p. 10) destacam que programas implementados momentaneamente não produzem os efeitos ideais: "as intervenções precisam permear o dia a dia da escola, de forma recorrente e sistemática, como, por exemplo, estar inserido no projeto político pedagógico da instituição".

Apesar das iniciativas desenvolvidas por todo o país - 19 dos 27 estados do Brasil possuem algum tipo de legislação estadual vigente a respeito do tema - e da tardia institucionalização de uma política nacional de combate ao bullying, a criticidade do problema segue aumentando de forma preocupante. Os dados da PeNSE aplicada em 2019, se comparados aos de 2009, demonstram que os 30% de estudantes que afirmaram ter sofrido bullying na semana anterior à aplicação da pesquisa se tornaram 40% dez anos depois. Além disso, observa-se crescimento em indicadores relacionados ao bullying como o número de estudantes que fizeram ingestão de substâncias ou induzir vômito para perda de peso - um dos motivos costumeiros do bullying -, principalmente entre meninas (IBGE, 2019). Os resultados corroboram a hipótese de Silva e Assis (2018b), de que é necessária uma participação maior de instâncias políticas superiores no planejamento, implementação e avaliação de práticas de prevenção a violências nas escolas.

Em síntese, a implementação da Lei Federal de Combate ao Bullying em 2015 foi um passo importante para garantir a prevenção e combate ao bullying nas escolas brasileiras. No entanto, é importante destacar que ainda há muito a ser feito para garantir ambientes seguros e inclusivos para todas as crianças e adolescentes. Continuar a investir em políticas públicas eficazes e a sensibilizar a sociedade sobre a importância da prevenção do bullying é fundamental para um futuro mais saudável e seguro para as próximas gerações.

4 O PROGRAMA ANTIBULLYING DA FINLÂNDIA: KIVA

4.1 Contexto finlandês para o desenvolvimento do KiVa

Nas décadas de 1960 e 1970, a sociedade finlandesa passou por rápidas transformações estruturais ao se tornar um estado de bem-estar social nórdico, o que inclui a educação integral como parte do estado de bem-estar (ANTIKAINEN E PITKÄNEN, 2014).

A Lei da Educação Básica da Finlândia foi aprovada em 1968, e implementada entre 1972 e 1999, introduzindo um novo sistema escolar abrangente e substituindo o existente, cujo sistema educacional era gerido centralmente pelo governo finlandês, tendo o controle estrito sobre a maioria dos aspectos do novo sistema, incluindo o currículo, inspeções externas e regulamentação geral, com o objetivo de garantir a consecução dos objetivos de equidade e altos padrões acadêmicos das reformas educacionais (KUPIAINEN et al., 2009).

Embora tenha havido sucesso em todo o país, uma mudança no clima político começou a gravitar em direção a um sistema educacional aberto e descentralizado, levando, por exemplo, ao abandono das inspeções escolares e a obrigatoriedade de aprovação dos livros didáticos, na década de 1980, pelo Conselho Nacional de Educação (agência responsável pelo desenvolvimento da educação na Finlândia, por meio da elaboração da Base Curricular Nacional) (KUPIAINEN et al., 2009).

Já na década de 1990, as reformas educacionais trouxeram maior autonomia aos municípios, tornando as instituições mais responsáveis por sua gestão e pelo desenvolvimento dos próprios currículos, sob as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (KUPIAINEN et al., 2009). Também, trouxe a possibilidade dos docentes criarem seus próprios métodos, qualificando assim a experiência profissional do professor, bem como o status do cargo no país (SANTILLANA CHILE, 2018).

Também foi instituída uma legislação no país (1988) que impunha que todos os estudantes teriam o direito a um ambiente de aprendizagem segura, o que levou, anos mais tarde, a criação de planos de ação e/ou programas de combate ao bullying nas escolas (SANTILLANA CHILE, 2018). Porém, mesmo diante de uma legislação vigente que obrigava a criação de políticas de combate e prevenção ao bullying, diversas escolas não sabiam como incluí-las, de forma efetiva em seu planejamento. Além disso, era comum

professores questionarem sobre “O que deveriam fazer para prevenir o bullying?”, bem como, “O que deveriam fazer quando vissem um caso de bullying, e que possivelmente já tenha perdurado por um tempo?” (SANTILLANA CHILE, 2018).

Ademais, a dificuldade na redução do bullying já havia sido demonstrado por numerosas metanálises em estudos de intervenção de bullying, tais como os estudos de FERGUNSON et al. (2007); SMITH et al. (2004); FARRINGTON E BALDRY (2008); VREEMAN E CARROL (2007) citados por SALMIVALLI et al. (2011).

Diante deste contexto, uma equipe da Universidade de Turku passou a desenvolver, a partir da década de 1990, pesquisas que pudessem dar concretude ao tema no país (SALMIVALLI et al.; 2011). Nos primeiros estudos da equipe, foi possível identificar seis diferentes papéis que as crianças podem ter em situações de bullying: vítima, valentão, assistente do valentão, reforçador do valentão, estranho, ou defensor da vítima (SALMIVALLI et al., 1996 *apud* SALMIVALLI et al., 2011).

As continuadas pesquisas, indicaram que o comportamento dos espectadores importa, uma vez que as vítimas que têm os colegas que os apoiam e os defendem estão em melhor situação do que as vítimas sem defensores. Por sua vez, as vítimas defendidas são menos deprimidas e ansiosas, possuem uma auto-estima mais elevada e são menos rejeitadas pelos pares do que as vítimas sem defensores (SAINIO et al., 2011 apud SALMIVALLI et al., 2011).

Portanto, embora já houvesse discussões nacionais e internacionais sobre o tema, até àquele momento a Finlândia não tinha uma política pública estabelecida que tratasse especificamente de bullying, sendo comum apenas a presença de programas isolados de resolução de conflitos nas escolas (SANTILLANA CHILE, 2018). .

Assim, em 2016, foi desenvolvido pelo mesmo grupo de pesquisa da Universidade de Turku, com financiamento do Ministério Finlandês de Educação e Cultura, o programa anti-bullying KiVa, que é diminutivo de “Kiusaamista Vastaan” (significa “Contra o bullying” em finlândes) para aplicação nacional em escolas de educação básica (1º à 9ª série[3]). O desenvolvimento do KiVa teve também o apoio do Conselho Nacional de Educação, inclusive com um representante no grupo gestor do projeto (SALMIVALLI et al., 2011)

[3] Equivalente aos anos de escolaridade no sistema brasileiro de educação básica. Optou-se por manter o termo “série”, em tradução livre, para manter fidelidade aos documentos originais.

Esta representação foi importante, por exemplo, para verificar que os tópicos do KiVa a serem desenvolvidos em sala estavam de acordo com a Base Curricular Nacional, o que permitiu apresentar o programa KiVa a professores e diretores de escolas como uma ferramenta eficaz para algo que eles já deveriam estar fazendo, e não como uma carga extra diária sobre os currículos reais (SALMIVALLI et al., 2011). Conforme o programa foi se desenvolvendo rapidamente houve o entendimento por parte dos docentes, de que tratava-se de um auxílio importante, com ferramentas disponíveis, para auxiliar crianças vítimas de bullying (SANTILLANA CHILE, 2018).

O programa KiVa foi avaliado pela primeira vez em um estudo randomizado controlado envolvendo 234 escolas de educação básica da Finlândia (aproximadamente 30.000 alunos), no período de 2006 a 2009, realizado em duas fases e com a coleta de dados sobre alunos e professores. Os resultados mostraram que as chances de ser uma vítima ou ser um agressor foi cerca de 1,3 vezes maior para um aluno de uma escola-controle do que para um aluno da escola na qual teve o programa KiVa implementado. Os primeiros resultados, indicaram ainda, que a eficácia do programa variou entre os níveis de ensino, com os maiores efeitos no ensino fundamental (em especial na 4ª série) e efeitos menores (mas estatisticamente não significativos) nos níveis secundários mais baixos (7ª a 9ª séries). Registrou-se também aumentos para as atitudes anti-bullying, empatia com os colegas vitimados, e maior motivação escolar (KÄRNÄ et al., 2011a).

SALMIVALLI et al. (2011) analisaram os efeitos do KiVa sobre nove diferentes formas de sofrer bullying em uma amostra de 5.651 alunos da 4ª a 6ª série de 78 escolas (39 de intervenção, 39 de controle), sendo que os resultados também mostraram efeitos positivos em cada forma de bullying avaliada. Após 9 meses de intervenção, os alunos da escola de controle tinham 1,32 a 1,94 vezes mais probabilidade de sofrer bullying do que os alunos das escolas de intervenção. Os resultados mostraram também que o programa foi bem-sucedido na redução de múltiplas formas de vitimização, incluindo formas indiretas e "ocultas" (exclusão social, manipulação e ciber vitimização) que podem não ser facilmente observadas pelos profissionais das escolas.

KÄRNÄ et al. (2011b) também avaliaram a eficácia do KiVa durante os primeiros 09 (nove) meses de implementação do programa, mas a partir de um estudo não randomizado, envolvendo 888 escolas com aproximadamente 150.000 alunos em 11.200 salas de aula da 1ª

a 9ª séries. Os resultados corroboram com os padrões obtidos para os estudos randomizados (KÄRNÄ et al., 2011a; SALMIVALLI et al., 2011).

Somente em 2009, o KiVa foi disponibilizado para todas as escolas de educação básica da Finlândia. A concepção e implementação do KiVa é relativamente simples. Na prática, a ideia central é modificar a forma como os espectadores reagem ao presenciar uma situação de bullying. No KiVa, a não-reação do entorno é crucial para a diminuição e extinção do bullying, assim, pensar o contexto de pares é parte essencial do programa (KÄRNÄ et al., 2011b).

Um objetivo central do programa é, portanto, fazer com que os espectadores tenham mais empatia e apoiem a vítima, ao invés de encorajar o agressor. No entanto, como estratégia de intervenção igualmente importante, o KiVa inclui também procedimentos para lidar com a os casos graves de bullying, envolvendo assim, as ações universais (voltadas para todos os alunos) e aquelas desenvolvidas para os alunos envolvidos em bullying (KÄRNÄ et al., 2011b). Ou seja, o programa inclui ações universais e intervenções individuais e foi desenvolvido em três diferentes versões, conforme as séries e idades: 1ª a 3ª série (alunos de 7 a 9 anos), 4ª a 6ª série (10 a 12 anos) e 7ª a 9ª série (13 a 15 anos) (KÄRNÄ, et al., 2011a).

4.2 Detalhamento do KiVa

O KiVa é construído sob três principais pilares - prevenção, intervenção e monitoramento, cujas características são apresentados a seguir, conforme disponível na página oficial do Programa[4] (KiVa Antibullying Program):

1. **Prevenção: para evitar que o bullying aconteça**

   As ações preventivas, como o currículo KiVa, são direcionadas a todos os alunos e têm como foco a prevenção do bullying. Aulas estudantis e jogos online são exemplos concretos desse tipo de ação. Essas medidas formam a espinha dorsal do KiVa.

2. **Intervenção: ferramentas para combater o bullying**

   As ações interventivas no KiVa são direcionadas especificamente para as crianças e adolescentes que estiveram envolvidos em bullying. O objetivo é fornecer às escolas e alunos ferramentas focadas em soluções para acabar com o bullying.

[4] *KIVA. Programa finlandês contra o bullying.* Disponível em: https://www.kivaprogram.net/kiva-is-effective/. Acesso em 20 jan. 2023.

3. Monitoramento anual

O KiVa oferece ferramentas para monitorar a situação nas escolas por meio de pesquisas on-line anuais para alunos e funcionários. Esse feedback fornece às escolas informações sobre como melhorar seu trabalho anti bullying.

Com essa estruturação, supõe-se que o programa KiVa produza seus efeitos positivos, principalmente por encorajar todos os alunos a apoiar os colegas vitimados, comunicar-se com as crianças envolvidas em bullying que tal comportamento não pode ser tolerado, e fornecer aos adultos (pais e funcionários da escola) informações sobre bullying e eficácia para preveni-lo e nele intervir (KÄRNÄ et al., 2011b).

Dessa forma, o programa inclui vários elementos, como métodos disciplinares, supervisão aprimorada das atividades, treinamento de professores, regras, política antibullying para toda a escola, conferências escolares, informações para pais, vídeos e trabalho cooperativo em grupo que estão presentes em programas antibullying eficazes (FARRINGTON E TTOFI, 2009 apud KÄRNÄ et al., 2011b).

O núcleo das ações universais do Programa é constituído por 20 horas de lições com aulas temáticas (ensino primário) e jornadas temáticas (ensino secundário), que abarcam uma grande variedade de questões relacionadas à interação em grupo, mecanismos e consequências do bullying, além de como os alunos podem fazer para combatê-lo e apoiar vítimas (KÄRNÄ et al., 2011a).

Também foram criados ambientes virtuais de aprendizagem, que corroboram com a universalização da discussão, e seus conteúdos estão intimamente ligados aos temas vividos pelos alunos em sala de aula, aprimorando assim o processo de aprendizagem e motivação destes para aplicar as habilidades aprendidas nas interações cotidianas com seus colegas. Os jogos virtuais envolvem 05 níveis, sendo que cada um deles consistem em 03 componentes que devem ser aplicados pelos alunos da seguinte forma para testarem: (i) seus novos conhecimentos sobre o bullying (componente “Eu sei”); (ii) suas novas habilidades para agir adequadamente em situações de bullying (componente “Eu posso”) e; (iii) suas coragens para usar o conhecimento e habilidades em situações reais de bullying (componente “Eu faço”) (KÄRNÄ et al., 2011a).

Dentro das ações universais, guias para os responsáveis foram criados, além de outros conteúdos virtuais para professores e demais funcionários da escola, como cartazes que são espalhados pelas escolas, adesivos e demais materiais com o logotipo do KiVa, utilizados inclusive no intervalo das aulas (KÄRNÄ et al., 2011a).

O guia para os pais ou responsáveis foi desenvolvido com o objetivo de oferecer maiores informações sobre bullying e como pode haver uma cooperação entre o lar e a escola. O guia, escrito a partir da escuta de pais, estudantes e alguns especialistas, apresenta os principais pontos sobre o bullying e o KiVa, como: (i) o que é e quais são as diferentes práticas de bullying; (ii) o envolvimento de toda a classe no bullying; (iii) as causas do bullying; (iv) como reconhecer uma vítima de bullying; (v) medidas anti-bullying que devem ser tomadas na escola e em casa, e; (vi) o que fazer quando o filho é parte da prática do bullying (KAUKIANEN E SALMIVALLI, 2009).

Vale destacar que o guia indica aos pais um acompanhamento, com perguntas-chave, por exemplo, a serem feitas diariamente às crianças, para que elas forneçam informações sobre o seu dia, seus sentimentos, humores e suas relações com os amigos. Os pais, a partir de um diálogo, devem "escutar" os sentimentos, o tom de voz e prestar atenção às expressões faciais e gestuais. O guia sugere perguntas como: "Qual foi a melhor e a pior coisa que aconteceu na escola hoje?", "Com quem você estava na escola hoje? Como eram eles?", "O que você fez com os amigos hoje? Foi divertido?" (KAUKIANEN E SALMIVALLI, 2009).

Também é abordado pelo guia orientações sobre como os pais podem proceder no caso de cyberbullying, ou seja, quando as crianças recebem insultos por mensagens no telefone ou publicações nas redes sociais (KAUKIANEN E SALMIVALLI, 2009).

No núcleo das ações indicadas, em cada escola há um time de três professores juntamente com o professor da turma, que abordam cada caso de bullying que é presenciado ou revelado. A forma de abordagem pode ser individual ou em pequenos grupos envolvendo a vítima e os agressores, com encontros sistemáticos (KÄRNÄ et al., 2011a).

Por fim, estão as ações de treinamento diário e os encontros entre as escolas, que objetivam dar suporte à implementação do programa de várias formas, por meio de encontros entre os professores de diferentes escolas, criando uma rede de membros que se reúnem três vezes ao ano com um profissional do KiVa para troca de ideias e experiências, e apoio na implementação do programa com fidelidade (KÄRNÄ et al., 2011a; KÄRNÄ et al., 2011b).

4.3 A eficácia do KiVa

Com relação à eficácia do KiVa, os estudos citados anteriormente que monitoraram os primeiros anos do programa demonstraram significativa redução do bullying e da vitimização autorreferidos e quando relatados por colegas (KÄRNÄ et al., 2011a); influência nas múltiplas formas de vitimização, incluindo verbal, relacional, física e cyberbullying (KÄRNÄ et al., 2011b); e efeitos positivos sobre o gosto pela escola, a motivação acadêmica e o desempenho (SALMIVALLI et al. 2011).

Também houve, por meio do programa, redução na ansiedade e depressão (WILLIFORD et al., 2012) e 98% das vítimas envolvidas em discussões com as equipes KiVa das escolas sentiram que sua situação melhorou (AHTOLA et al, 2012). Ademais, o próprio portal do KiVa apresenta pesquisas sobre a eficácia do programa, com destaque para a representação gráfica[5] da redução dos casos de bullying entre os anos de 2009 e 2018, considerando as escolas finlandesas que mantinham o programa.

Em 2020, foi publicado um estudo sobre a eficácia dos diferentes tipos de abordagens para enfrentamento do bullying nas escolas aderentes ao KiVa entre os anos de 2009 e 2015. A intenção foi compreender, como agiam as escolas a partir do surgimento de situações de bullying, se estas empregavam as abordagens recomendadas pelo programa (confrontando ou não confrontando os alunos que praticavam bullying[6]), ou se faziam adaptações à metodologia original do KiVa para dialogar com esses jovens, considerando toda a estrutura do programa com ritos a serem seguidos (GARANDEAU et al., 2016).

Além disso, o estudo quis compreender como eram realizadas as reuniões de acompanhamento, considerando ser este um dos pilares da metodologia KiVa na resolução de situações de bullying. Para tanto, foram coletados os relatórios entregues pelos funcionários das escolas e alunos vitimizados, anualmente entre 2009 e 2015, por meio de questionários (online), e contou com a participação de 1.221 escolas primárias e/ou secundárias (GARANDEAU et al., 2016).

---

[5] *KIVA. Programa finlandês contra o bullying.* Disponível em: https://www.kivaprogram.net/kiva-is-effective/. Acesso em 20 jan. 2023.

[6] JOHANDER, Eerika; TURUNEN, Tiina; GARANDEUAU, Claire F.; SALMIVALLI, Christina. Different Approaches to Address Bullying in KiVa Schools: Adherence to Guidelines, Strategies Implemented, and Outcomes Obtained. *Prevention Science*, v. 22, n. 3/4. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344874672_Different_Approaches_to_Address_Bullying_in_KiVa_Schools_Adherence_to_Guidelines_Strategies_Implemented_and_Outcomes_Obtained. Acesso em: 25 fev. 2023.

As primeiras análises indicaram que os questionários eram preenchidos prioritariamente por funcionários das escolas, e que estes, em relação ao uso das abordagens sugeridas pelo programa, eram mais propensos a utilizar a abordagem de “confronto” em relação a de “não-confronto”, ou seja, utilizavam os espaços de diálogo com agressores para indicar que àquele tipo de comportamento não seria mais tolerado. No entanto, o estudo não indica necessariamente os motivos pelos quais as escolas percebem no método de confrontação do agressor uma via a ser adotada (GARANDEAU et al., 2016).

Porém, com o tempo a equipe de pesquisa notou que as escolas faziam adaptações às abordagens sugeridas, seja nesta de confrontação com o agressor, ou a de não-confronto, em que buscavam sensibilizar o agressor, incentivando-o a cessar os ataques de bullying. Também foi perceptível durante o período de análise, que as escolas, conforme avançavam os anos do programa, acabavam por criar combinações entre as abordagens sugeridas, além de utilizar abordagens próprias de resolução de conflitos (GARANDEAU et al., 2016).

Outra descoberta foi que as reuniões de acompanhamento eram menos efetivas quando as equipes escolares utilizavam metodologias próprias ou não sabiam especificar que tipo de método haviam utilizado. Por outro lado, foi percebido aumento da eficácia quando as reuniões eram organizadas após cada ocorrência de bullying, e que a eficácia não diminuía com o passar dos anos em que o KiVa havia sido implementado (GARANDEAU et al., 2016).

Com isso, foi possível verificar que o avanço do período de implementação do programa fazia com que as escolas tivessem propensão a realizar adaptações às abordagens sugeridas pelo KiVa, mesmo que, segundo as próprias escolas, nem sempre os resultados das adaptações eram satisfatórios. Portanto, se considerado o aumento no número de adaptações, e que estas não necessariamente ofereciam os resultados esperados pelas escolas, e que a organização sistemática das reuniões de acompanhamento após cada ocorrência gerava um efeito positivo, é mais provável que a adesão a métodos baseados em evidências, como as abordagens originais do KiVa, possam ter mais eficácia nas intervenções de casos de bullying (GARANDEAU et al., 2016).

4.4 A sustentabilidade do KiVA

Em programas como o KiVa, que pressupõe a continuidade de ações, considerando a importância do tema, bem como o percentual de escolas atingidas na Finlândia, é importante a

construção de ações de sustentabilidade do programa, buscando entender que tipo de ações corroboram para sua manutenção à longo prazo, além de barreiras para sua continuidade.

Sob essa ótica, Herkama et al. (2021) discutiram a ausência de estudos que investigam a sustentabilidade de programas de longo prazo, como o KiVa. Assim, visando analisar as ações sistemáticas do programa em condições de plena execução, adotaram como metodologia da pesquisa, entrevistas com grupos focais em 15 escolas primárias finlandesas que utilizam o KiVa. Convém destacar, que a escolha das escolas está de acordo com o alto grau de envolvimento e sucesso em termos de tendências decrescentes de bullying e vitimização ao longo dos anos de implementação, dados que são obtidos nas pesquisas anuais do KiVa.

A partir de questões relacionadas, por exemplo, ao contexto local e organização do programa, Herkama et. al (2021) aponta que essas e outras características, como contexto e organização, não são suficientes para determinar fatores tidos como facilitadores e/ou barreiras, para a sustentabilidade de programas como o KiVa, e que para tanto, o ideal seria propor um estudo com maior profundidade. Entretanto, ainda segundo o artigo, é possível prever que algumas ações funcionem em ambos sentidos, ou seja, uma determinada ação que concomitantemente colabore com a sustentabilidade de um programa, e que simultaneamente seja tida como uma barreira, dificultando assim sua sustentação enquanto programa. Sobre organização, os professores entrevistados apontaram questões como comprometimento, administração e cultura escolar como fatores facilitadores, e em relação ao contexto local, surgiram temas relacionados ao currículo básico nacional, planos de prevenção ao bullying e presença e atuação da mídia.

Ao longo das entrevistas, os professores trouxeram questões como (i) usabilidade - A estrutura sistemática do programa facilitou a consolidação do programa, além de oferecer base sólida para o trabalho antibullying; (ii) capacidade instrucional - Refere-se ao potencial educacional de um programa de prevenção ao bullying, além de oferecer ferramentas práticas que facilitam a sustentabilidade; (iii) apoio dos desenvolvedores do programa - A valorização pelo fato do programa ser baseado em evidências, implementado nacionalmente e o contato e apoio dos desenvolvedores do programa, mais especificamente com treinamentos e disponibilização de novos materiais, etc; e (iv) expectativas realistas e reconhecimento dos limites do programa - O entendimento que o programa não soluciona todo e qualquer tipo de

caso de bullying, mas pelo reconhecimento nacional do programa colabora e sua grande maioria, mesmo em casos mais desafiadores e duradouros (HERKAMA et. al. 2021).

Ainda, os autores concluem que a única descoberta relacionada à sustentabilidade parece ser a necessidade de equilíbrio entre a integração do programa com ações e estruturação pré-existentes na escola, facilitando assim a manutenção da discussão à longo prazo, e que portanto, para obter sucesso o ideal é que programa, como o KiVa, seja parte integrante da escola, e não apenas um programa acima dos demais (HERKAMA et. al. 2021).

4.5 Aplicação do KiVA em outros países

O programa KiVa foi premiado pelo European Crime Prevention Award em 2009, e pelo Social Policy Award for Best Article em 2012 e quatro vezes pelo National Awards (Finlândia) em 2008, 2010, 2011 e 2012.

O sucesso da KiVa na Finlândia motivou outros países a implementarem o programa, que começaram a monitorar e publicar os primeiros resultados. Atualmente, o KiVa está presente em 22 países, sendo o mais recente Dubai, com a implantação do Programa em uma escola (TURKU, 2022). Dentre os países europeus, pode-se citar a Itália (NOCENTINI E MENESINI, 2016), Holanda (HUITSING et al., 2020); Reino Unido (AXFORD et al., 2020; CLARKSON et al., 2022); Espanha (MÄKELA E LOPEZ-CATALÁN, 2018; LOPEZ-CATALÁN et al., 2022) e Suécia (PERSSON et al., 2018).

No contexto da América do Sul, o método KiVa está se disseminando para alguns países como Argentina, Chile, Colômbia, Peru (MÄKELA E LOPEZ-CATALÁN, 2018). No entanto, somente em 2021 foram publicados os primeiros resultados das avaliações da eficácia de aplicação da KiVa na América do Sul. O programa foi implementado em escolas socialmente vulneráveis em Santiago no Chile, com alunos das 5ª e 6ª séries, sendo que os efeitos foram pequenos (VALENZUELA et al., 2022; GAETE et al., 2021).

4.6 O KiVa durante o isolamento domiciliar no contexto da COVID-19

REPO, et al (2022) discutiram sobre a presença de programas como o KiVa em um contexto de isolamento social, ocorrido em decorrência da pandemia COVID-19 que assolou

o mundo, e que em diversas localidades inviabilizaram aulas presenciais, levando a maioria dos alunos a terem a continuidade de seus estudos de maneira remota.

Na Finlândia, os alunos permaneceram neste formato por aproximadamente 2 meses, com isso, uma das preocupações estava relacionada ao aumento de bullying online (ciberbullying) sobrepondo-se inclusive ao bullying tradicional praticado nas escolas. Nesta pesquisa, selecionaram alunos entre 10 e 16 anos e os submeteram a um formulário durante o período de isolamento em meados de 2020. Paralelamente, utilizaram uma amostra de pesquisas anteriores, de 2019 e 2017, nas mesmas escolas (REPO et al., 2022).

Segundo REPO, et al (2022) houve uma diminuição significativa na incidência de bullying no período de isolamento e bloqueio escolar. Em média, somente um terço dos alunos vitimizados antes do bloqueio continuou a ser vitimizado durante o período de isolamento, além disso, houveram poucas novas vítimas no período. Assim, verificaram que o isolamento físico e o aumento do uso da Internet pelos alunos não levou a um aumento do cyberbullying, pelo contrário, a lacuna pré-existente no ajustamento entre alunos vitimizados e não vitimizados diminuiu no período.

Ainda sobre o estudo, o mesmo aponta algumas limitações e pontos fortes deste estudo. Como limitação, Repo et al (2022) trazem o curto período do estudo, considerando que o país ficou pouco tempo em isolamento em comparação com outros países, porém, como ponto positivo está a quantidade significativa de jovens ouvidos no período (34.771 jovens), o que permitiu uma comparação em diferentes cenários (em 2019 foram ouvidos 43.216 jovens e em 2017, 24.727). Os resultados apresentados no estudo corroboram com outros relatórios que também mostram uma redução na vitimização por bullying durante o ensino remoto (UNICEF, 2020 apud REPO et al. 2022; VAILLANCOURT et al., 2021 apud REPO et al. 2022; YANG et al., 2021 apud REPO et al. 2022). Dessa forma, o estudo conclui que as interações pessoais nas escolas podem ser a principal arena para o combate ao bullying.

5 COMO O MODELO FINLANDÊS PODE SER APLICADO NO BRASIL

Há exatos dez anos, Olweus (2013) destacou uma análise da eficácia de programas antibullying no mundo realizada por um grupo de pesquisadores de Cambridge (Reino Unido). No referido estudo citado pelo pesquisador, foram localizados 59 relatórios representando 30 programas com avaliações científicas. Os autores concluíram que os programas antibullying são, de fato, eficazes na redução do bullying e da vitimização entre 20% e 23% nas escolas de intervenção. Mais importante, Olweus já chamava a atenção para o que chamou de projeto de intervenção em grande escala: o projeto finlandês KiVa.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, como citado anteriormente, visa orientar uma possível aplicação do programa finlandês Anti Bullying KiVa no Brasil.

O primeiro ponto de destaque refere-se à importância que a Finlândia dá à educação no país. Enquanto o Brasil figura na 57ª posição no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), a Finlândia ocupa as primeiras posições há mais de 20 anos - estando inclusive no 1º lugar por seguidas oportunidades, evidenciando a importância da educação para o país, bem como a eficiência dos investimentos realizados.

Observa-se que o Ministério Finlandês de Educação e Cultura decidiu tratar o combate ao bullying como uma política pública nacional, e em parceria com a academia, neste caso a Universidade de Turku, que criou e sistematizou um programa que em poucos anos estava presente em quase todas as escolas finlandesas, o KiVa, o qual tem sido referência no combate ao bullying no país, sendo aplicado em diferentes países na Europa, Ásia e inclusive na América do Sul. Importante destacar que o desenvolvimento e implementação do KiVa na Finlândia tem tido relativo sucesso devido ao envolvimento de diferentes entes públicos, como o Conselho Nacional de Educação, além de estar presente em legislações vigentes como a Base Curricular Nacional.

Portanto, neste sentido, corrobora-se o entendimento de Silva e Assis (2008b) com relação a necessidade de envolvimento total das instâncias nacionais de formulação de políticas públicas, transformando o combate ao bullying em uma política de estado. Dessa forma, as autoras destacam a importância de transformar o momento das ocorrências de violência nas escolas em casos de responsabilização institucional dos governos como um todo, e não apenas de escolas de forma individualizada:

> Uma visão mais estratégica do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação com relação às práticas e estratégias de prevenção em escolas pode contribuir para a não responsabilização solitária da instituição escolar pela prevenção da violência. A participação de instâncias políticas no planejamento, implementação e avaliação de práticas de prevenção tenderia a potencializar a redução da violência e a favorecer seus efeitos em longo prazo. Afinal, a responsabilização pela prevenção a violência em escolas deve ser de todos e de cada um (Silva e Assis, 2008b, p. 8)

Decerto, a dinâmica de proposição do KiVa na Finlândia para todo o país levou em consideração fatores como - população total, número de escolas, estudantes e profissionais de educação - que precisam ser escalados quando se trata de um espelhamento da política pública para o Brasil. Porém, faz-se necessário observar que, independentemente destes fatores, o Brasil carece de coordenação nacional na implementação de uma iniciativa de combate ao bullying. É preciso que uma política nacional robusta esteja amparando estados e municípios de forma a evitar que a importunação sistêmica seja tratada apenas por iniciativa local.

No geral, a iniciativa KiVa é um exemplo de como o compromisso por parte dos políticos, bem como das escolas participantes**,** pode levar a excelentes resultados influenciando a vida de inúmeras crianças e adolescentes (SALMIVALLI et al. 2011; KÄRNÄ et. al., 2011a).

Assim, com base no arcabouço bibliográfico disponível sobre a aplicação do KiVa, tanto na Finlândia como em outros países, também foram levantados pontos de atenção e que, com uma eventual implementação do programa no Brasil, deverão ser observados e atendidos.

Axford et al. (2020) acompanhou a aplicação do programa no País de Gales e encontrou evidências insuficientes para concluir que o programa teve um efeito sobre o resultado primário na vitimização e perpetração de bullying relatada por crianças possivelmente, devido à falta de fidelidade à implementação do programa e pela falta de cuidado no registro de todas as atividades relacionadas ao bullying realizadas nas escolas de intervenção e controle.

Do mesmo modo, o estudo de Garandeu et al, (2016) que monitorou mais de mil escolas entre anos de 2009 e 2015, mostrou que as reuniões de acompanhamento do programa pelos responsáveis nas escolas eram menos efetivas quando as equipes escolares utilizavam metodologias próprias, adaptações do KiVa ou não sabiam especificar que tipo de método haviam utilizado.

Isso porque, as adaptações independentes de escolas a partir do modelo original do KiVa são feitas sem estudos prévios e/ou evidências concretas (considerando que o KiVa oferece isso) e também porque há uma predisposição, ao longo dos anos de implementação do programa ir "enfraquecendo" nas escolas e isso tornar as abordagens desatualizadas (JOHANDER et al., 2020).

Também, se faz necessária a aplicação e acompanhamento do programa por mais de um ano, uma vez que o Programa se mostra mais eficaz com o passar dos anos (GARANDEAU et al., 2016). Na Holanda, após um ano letivo de implementação da intervenção, todos os efeitos foram na direção esperada, mas principalmente não significativos. No entanto, após dois anos letivos, os efeitos de intervenção significativos foram encontrados (HUITSING et al., 2020).

Assim, recomenda-se a aplicação e acompanhamento do programa por mais de um ano, de forma persistente, contínua e sem adaptações, o que pode ser um desafio no contexto brasileiro, considerando que o tempo de preparação, implementação e acompanhamento de políticas públicas dessa magnitude num país de dimensões continentais como o Brasil tende a se estender por um tempo superior a quatro anos, ficando vulnerável ao já mencionado fenômeno de descontinuidade de políticas públicas em decorrência do pleito eleitoral e suas consequências. Além disso, é importante ressaltar que a implementação do próprio KiVa na Finlândia e nos outros países que já iniciaram suas experiências foram realizadas de forma gradual. É prudente que sejam escolhidos grupos de escolas em diferentes realidades do Brasil para realização de pilotos e, após a avaliação dos resultados, realizar novas rodadas de expansão.

Um estudo realizado com uma grande amostra de 8.237 jovens da 4ª à 6ª série (10-12 anos) em 78 escolas revelou que, após 9 meses de implementação do Programa KiVa, os resultados obtidos mostraram efeitos benéficos consistentes em 7 das 11 variáveis dependentes analisadas, incluindo vitimização auto-relatada e auto-relatada por pares e bullying auto-relatado, confirmando a eficácia do KiVa na redução do bullying escolar e da vitimização nas monitoradas (KÄRNÄ et. al., 2011a).

Segundo KÄRNÄ et. al. (2011a), alguns fatores que podem ter contribuído para os resultados positivos na implantação do KiVa, incluem o fato de que as escolas finlandesas são bastante homogêneas em relação ao bullying, os professores têm uma boa formação e têm a obrigação legal de combater o bullying. Apesar destes aspectos variarem entre os países,

como é o caso do Brasil, os autores ressaltam que o Programa é muito concreto e de fácil adoção, e possui manuais detalhados, o que torna a implementação e a intervenção possível também em outros lugares.

Para os autores, a eficácia do Programa depende do envolvimento dos diretores e autoridades escolares, que devem desempenhar um papel fundamental na motivação e na implementação fiel e de qualidade do KiVa, e devem compreender que a escola deve promover o desenvolvimento psicossocial positivo, além do desempenho acadêmico (KÄRNÄ et. al., 2011a).

Para tanto, os materiais de apoio e treinamento de professores devem ser fornecidos para facilitar a implementação do programa, uma vez que os manuais preparados profissionalmente e outras ferramentas facilitam a carga de trabalho dos professores e, assim, facilitam a implementação precisa do KiVa, bem como treinamentos no uso de técnicas de discussão sistemática para lidar com casos de bullying, exercícios de simulação que proporcionam experiências concretas de aprendizagem, visando estimular as motivações dos professores e seu senso de propriedade do programa e mostrando que a prevenção e redução do bullying são mais uma das tarefas básicas em sala de aula, não como um trabalho adicional imposto pelas autoridades educacionais (KÄRNÄ et. al., 2011a).

Aqui, portanto, recomenda-se fortemente a formação prévia e continuada dos diretores e professores, bem como dos demais profissionais escolares envolvidos em uma possível implementação do KiVa e a utilização de todos os materiais didáticos e treinamentos disponíveis. Para tanto, há uma questão importante a destacar. Até o momento, o programa somente foi traduzido para espanhol. Sendo assim, se faz necessária também, para ampla e fidedigna aplicação no Brasil, a tradução do KiVa para o português.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o programa antibullying KiVa desenvolvido pela Universidade de Turku na Finlândia e de aplicação em todo o país desde 2009 visando identificar, a partir desta experiência, as possibilidades de aplicação no Brasil.

A partir do levantamento sobre os conceitos do bullying, do contexto brasileiro de combate a este tipo de violência escolar e da análise sobre sobre o programa antibullying - KiVa, bem como a eficácia do mesmo a partir de levantamento bibliográfico com os resultados do acompanhamento da implementação do Kiva na Finlândia e outros países, foi possível a indicação de recomendações para aplicação do modelo finlandês no Brasil, e uma melhor perspectiva de sucesso.

Dentre as limitações da pesquisa, pode-se citar a ausência de retorno quanto às consultas realizadas via e-mail ao programa da Finlândia e também da Argentina. O primeiro contato ocorreu no dia 23 de janeiro de 2023 com Anni Rautiainen (anni.rautiainen@demoshelsinki.fi), integrante da equipe do Demos Helsinki, uma *think tank* finlandesa, cujo o foco principal de pesquisa é a governança e a inovação social. Pela Demos Helsinki foi indicado o contato direto com os responsáveis pelo KiVa, cujos e-mails estão disponíveis no site oficial do programa.

Assim, em 24 de janeiro de 2023 foi enviado e-mail à equipe do KiVa e da Universidade de Turku, representada por Céline Kylänpää, coordenadora do KiVa (celine.kylanpaa@utu.fi), e Katri Sohlman, assistente do programa (kaelso@utu.fi), com questionamentos acerca de informações adicionais sobre o programa, além de literaturas atualizadas sobre a implementação do programa na Finlândia e em outros países.

No dia 30 de janeiro de 2023, a equipe do Kiva retornou o e-mail indicando o contato de Federico Malpica Basurto, fundador e CEO da Escalade Institute for Quality on Teaching and Learning, com sede em Barcelona, na Espanha. Foi informado ainda que a instituição é responsável pela implementação do KiVa em países como México e Argentina. Além disso, foi solicitado o preenchimento de “Formulário de Parceiro”, disponível no site e indicado para organizações que desejam implementar o programa em outros países.

Já no dia 3 de fevereiro de 2023, foi informado a Céline Kylänpää que as intenções no contato eram relacionadas ao estudo de implementação na Finlândia e à busca de interfaces no Brasil, de forma acadêmica e sem a pretensão de implementar o programa efetivamente no nosso país. Assim, de modo a buscar maiores referências foram elaboradas quatro perguntas principais. São elas:

1. Qual foi o contexto do bullying na Finlândia que motivou o desenvolvimento e implementação do programa?

2. Quais foram os principais desafios enfrentados na implementação?

3. O programa foi implementado em todo o país. Então, houve legislação específica? Ocorreu antes, durante ou depois do primeiro ciclo de implementação do programa?

4. Que recomendações você poderia nos dar em relação a uma possível aplicação no Brasil?

Após o envio desses questionamentos não houve outro retorno por parte da equipe do KiVa, tampouco resposta aos questionamentos. Esperava-se buscar conexões que permitissem compreender do ponto de vista dos formuladores do programa quais, segundo eles, têm sido os principais desafios de implementação, bem como o modelo de articulação com o poder público, ou seja, se a partir da criação do programa, se foram criadas arenas de debate com o poder público, considerando a necessidade de investimento e mudanças legislativas que pudessem interferir na execução do KiVa nas escolas.

Por fim, em 15 de fevereiro de 2023, uma última tentativa de contato ocorreu, desta vez com a professora Saila Linkopuu (saila.linkopuu@edu.hel.fi), da escola secundária Etu-Töölö da Finlândia. Foram enviados os mesmos questionamentos acima citados, porém, buscando um ponto de vista mais próximo dos alunos. Como não houve nenhuma resposta, uma nova tentativa foi realizada em 21 de fevereiro de 2023, também sem sucesso. Considerando a dificuldade na obtenção dos retornos, não foi possível incrementar este trabalho com considerações de quem atua na ponta, sendo esta uma limitação deste trabalho.

Destaca-se ainda que, durante uma visita dos autores à Etu-Töölö, a professora Saila Linkopuu trouxe um panorama geral sobre a rotina do diretor de uma escola de educação básica na Finlândia, que, segundo ela, era repleta de agendas estratégicas e tomadas de decisão relacionadas a administração e gestão financeira da escola, o que se aproxima em

certa medida à realidade de muitos diretores em escolas brasileiras. Acredita-se que a complexidade do trabalho da direção da escola em gerenciar uma instituição tão dinâmica possa ter inviabilizado a priorização aos questionamentos realizados.

As pesquisas mostram que, embora o KiVa tenha sido bem sucedido na Finlândia , em outros países, as condicionantes não são favoráveis na mesma proporção. Os finlandeses conseguiram unir, conforme já apresentado, a comunidade escolar, o poder público e a academia em prol da elaboração de uma política pública e que foi implementada em larga escala, algo que não ocorreu até o presente momento em outros países. No caso da vizinha Estônia, por exemplo, segundo a Fundação Kiusamisvaba Kool, responsável pelo KiVa no país, apenas 120 escolas[7] de educação básica, de um total de mais de 400 escolas, aplicam a metodologia.

Já no Chile, foi realizado em 2022 um estudo sobre a eficácia do KiVa no país. Acredita-se que tal estudo melhor se aproxime da realidade brasileira, considerando o aspecto demográfico e socioeconômico do país. Neste estudo, foram envolvidas 39 escolas de ensino fundamental, divididas em três grupos aleatórios de 13 escolas. O primeiro grupo de escolas teve durante 12 meses a aplicação completa do Kiva, incluindo os jogos on-line; o segundo grupo com o KiVa parcial, ou seja, sem os jogos on-line, e o terceiro grupo apenas com o currículo escolar implementado, sem qualquer interação com o KiVa. Ao todo, 3.968 alunos em situação de vulnerabilidade participaram do estudo, que coletou relatos dos jovens em 2016, no início do estudo, e após 12 meses. Ao final do processo, não foram constatados grandes efeitos da implementação do programa no Chile (VALENZUELA, et. al., 2022).

Disponível desde 2015 na América do Sul, inicialmente com metodologia somente em inglês, o KiVa possui uma limitação importante para países como o Brasil: trata-se da ausência de estudos aprofundados que apresentem eficácia em localidades semelhantes à nossa. O estudo citado no parágrafo anterior, realizado em 2022, além de contar com um percentual baixo de escolas, e com duração de 12 meses, não apresenta resultados significativos que possam demonstrar a eficácia do programa conforme outros estudos apresentados neste trabalho, realizados no país de origem do KiVa.

Dessa maneira, não há como avançar em uma perspectiva comparativa de contexto América do Sul e pensar na aplicação do KiVa no Brasil, pois para além da dificuldade na

[7] *Fundação Kiusamisvaba Kool. Programa KiVa (Estônia)*. Disponível em: https://kiusamisvaba.ee/kiva-programm/kiva-koolid/. Acesso em 04 de mar. 2023.

busca por referências próximas não há no país dados sistematizados acerca de iniciativas semelhantes de combate ao bullying. A construção de políticas públicas fica à mercê de iniciativas isoladas, por vezes descontinuadas e que não possuem estratégias definidas. É preciso que o Ministérios da Educação brasileiro tome a frente tanto na iniciativa da elaboração da política quanto na gestão e avaliação dos resultados dos programas locais.

Ainda sobre o KiVa, considerando que o Brasil não possui uma política pública estruturada de combate ao bullying, uma opção poderia ser a adesão ao programa finlandês. Sabemos que para esse tipo de articulação é bem provável que o Estado brasileiro precisaria encomendar uma série de análises e estudos, muito semelhante ao que o governo do país nórdico realizou junto à Universidade de Turku, porém, somente a título de recomendações buscou-se estruturar possibilidades de entrada do programa no país, para o caso de futuramente o estado brasileiro deseja construir uma política público com o intuito de erradicar a intimidação sistemática em suas escolas.

O primeiro passo, conforme indicado nas primeiras conversas com a coordenação do KiVa, representada por Céline Kylänpää, seria o preenchimento do chamado "Formulário de Parceiro", disponível no site do programa, e que capta informações sobre a organização e/ou governo que deseja implementar o KiVa, dados como: nome da organização; país, tipo de organização (pública, privada ou organização social); expertise sobre bullying; plano de distribuição (cidade, região, país); quantidade de escolas; ciclo educacional (ensino básico, fundamental ou médio) e, por fim, idioma desejado.

Como dito anteriormente, o sucesso do modelo finlandês está ancorado na união entre comunidade escolar, poder público e academia, algo não visto em outros países que tentaram implementar o modelo. Desta forma, acredita-se que, para a implementação do programa no Brasil, face que se trata de um país continental, o governo federal precisaria transformar o combate ao bullying em um projeto prioritário, a partir da criação de um programa nacional, alterando a legislação vigente - Lei Federal nº 13.185/15 - ou apresentando um novo projeto de lei ao Congresso Nacional. A mobilização deverá incluir obrigatoriamente uma articulação junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), à Confederação Nacional de Municípios (CNM), à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e também do Congresso Nacional, diante da necessidade alteração da lei atual ou apreciação de novo projeto de lei, assim como a

disponibilidade orçamentária para financiamento das formações, ferramentas e oficinas do KiVa.

Sugere-se ainda como temas para trabalhos futuros um aprofundamento sobre os resultados de programas locais de combate ao bullying e demais violências escolares, de forma a captar eventuais práticas que possam ser replicadas para o restante do país; a busca por regiões onde o bullying têm níveis mais críticos para realização de pilotos de novas políticas de combate a violência escolar; pesquisas qualitativas com estudantes da educação básica de forma a mapear fenômenos que propiciam o surgimento da prática nas escolas e qualificar os gestores escolares com relação aos trabalhos de prevenção.

Por fim, e à luz da discussão do presente trabalho, destaca-se de forma conclusiva as seguintes recomendações para a implementação do Programa Antibullying KiVa no Brasil:

- Política de Estado: estabelecimento de compromisso político;
- Tradução do Programa KiVa em português;
- Aplicação de projeto-piloto em escolas com diferentes realidades socioeconômicas do Brasil;
- Fidelidade à implementação do Programa KiVa: evitar adaptações;
- Formação dos gestores, professores e famílias: a metodologia deve estar clara para os principais interlocutores;
- Utilização dos materiais de apoio e realização sistemática dos encontros entre os interlocutores;
- Moderação das expectativas dos atores envolvidos com relação aos resultados no primeiro ano de implementação;
- Estabelecimento de rotinas de acompanhamento, monitoramento, registros e sistematização dos resultados.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violências nas escolas***.** Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam. *Relatório Final da Semana de Mobilização e Debate:* Segurança com Cidadania nas Escolas - 1ª Edição. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

AHTOLA, Annarilla; HAATAJA, Anne; KÄRNÄ, Antti; POSKIPARTA, Elisa; SALMIVALLI, Christina. For children only? Effects of the KiVa antibullying program on teachers. *Teaching and Teacher Education,* v. 28, n. 6, p.851-859. 2012. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2012-14913-008>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ANTIKAINEN, Ari.; PITKÄNEN, Anne. A history of educational reforms in Finland*. In:* VERDUGO, Richard R. (org.). *Educational Reform in Europe:* History, Culture, and Ideology**.** United States of America: Information Age Publishing, INC, 2014. p. 1-24. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/275634576_A_history_of_educational_reforms_in_Finland>. Acesso em: 11 fev. 2023.

AXFORD, Nick; BJORNSTAD, Gretchen; CLARKSON, Suzy; UKOUMUNNE, Obioha C.; WRIGLEY, Zoe; MATTHEWS, Justin; BERRY, Vashti; HUTCHINGS, Judy. The Effectiveness of the KiVa Bullying Prevention Program in Wales, UK: Results from a Pragmatic Cluster Randomized Controlled Trial*. Prevention Science*, v. 21, n. 5, p. 615-626. 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7305088/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5.369, de 4 de junho de 2009. *Institui o Programa de Combate ao "Bullying"*. Brasília, 2009a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437390>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Plano Plurianual 2008-2011*. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2008-2011/PPA%202008-2011/proposta/proposta-encaminhada-pelo-poder-executivo>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.481, de 24 de novembro de 2009. *Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao "bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de educação básica no país, e dá outras providências*. Brasília, 2009b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=461128>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.725, de 2 de fevereiro de 2010. *Acrescenta inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate à violência nas escolas.* Brasília, 2010. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437390>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. *Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)*. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Ética e Cidadania* - Construindo valores na escola e na sociedade: inclusão e exclusão social. Brasília, 2007.

CLARKSON, Suzy; BOWES, Lucy; COULMAN, Elinor; BROOME, Matthew R.; CANNINGS-JOHN, Rebeca; CHARLES, Joanna M.; EDWARDS, Rhiannon Tudor; FORD, Tamsin; HASTINGS, Richard P.; HAYES, Rachel; PATTERSON, Paul; SEGROTT, Jeremy; TOWNSON, Julia; WATKINS, Richard; BADGER, Julia; HUTCHINGS, Judy. The UK stand together trial: protocol for a multicentre cluster randomised controlled trial to evaluate the effectiveness and cost-effectiveness of KiVa to reduce bullying in primary schools. *BMC Public Health*, v. 22,(1): 608. 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8961482/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

GAETE, Jorge; VALENZUELA, Daniela; GANA, Sofia; ROJAS-BARAHONA, Cristian. Effectiveness of the kiva antibullying program with and without the online game in chile: A three-arm cluster randomised controlled trial. *European Psychiatry*, v. 64 (S1), p. S228-S229. 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/55084981CD2A52A922F5E09FFDFA27DB/S0924933821006118a.pdf/effectiveness-of-the-kiva-antibullying-program-with-and-without-the-online-game-in-chile-a-three-arm-cluster-randomised-controlled-trial.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

GARANDEAU, Claire F.; VARTIO, Annina; POSKIPARTA, Elisa; SALMIVALLI, Christina. School Bullies' Intention to Change Behavior Following Teacher Interventions: Effects of Empathy Arousal, Condemning of Bullying, and Blaming of the Perpetrator. *Prevention Science*, v. 17, p. 1034–1043. 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11121-016-0712-x#citeas>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GUARESCHI, Pedrinho; SILVA, Michele Reis da. *Bullying:* mais sério do que se imagina. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HERKAMA, Sanna; KONTIO, MARI; SAINIO, Miia.; TURUNEN, Tiina; POSKIPARTA, Elisa; SALMIVALLI, Christina. Facilitators and Barriers to the Sustainability of a School-Based Bullying Prevention Program. *Prevention Science*, v. 23, n.6, p.954-968. 2022. Disponível em: <https://jyx.jyu.fi/handle/123456789/80786>. Acesso em: 23 fev. 2023.

HUITSING, Gijs; LODDER, Gerine M.A.; BROWNE, William J.; OLDENBURG, Beau; VAN DER PLOEG, Rozemarijn; VEENSTRA, René. A Large-Scale Replication of the Effectiveness of the KiVa Antibullying Program: a Randomized Controlled Trial in the Netherlands. *Prevention Science***,** v. 1, n. 5, p. 627-638. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7305071/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

IBGE. *PeNSE - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar.* Análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental - 2009-2019. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>. Acesso em: 8 out. 2022.

IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. *A intolerância ao diferente: o problema do bullying escolar.* Orientador: Sergio Salomão Shecaira. 2014. 222 p. Tese (Doutorado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-12122014-092730/publico/Bullying_Fernanda_Carolina_de_Araujo_Ifanger_Final.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

INCHLEY, Jo; CURRIE, Dorothy.; BUDISAVLJEVIC, Sanja; TORSHEIM, T.; JASTAD, Atle; COSMA, Alina; KELLY, Colette; ARNASSON, Ársaell Már; SAMDAL, Oddrun. Spotlight on adolescent health and well-being: findings from the 2017/2018. *Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) survey in Europe and Canada: international report.* Copenhagen: World Health Organization (WHO), Regional Office for Europe, 2020. v. 1. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/332104/9789289055017-eng.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ISOLAN, Luciano. Bullying escolar na infância e adolescência. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, v. 16, n. 1, p. 68-84. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-847884>. Acesso em: 01 mar. 2023.

JOHANDER, Eerika; TURUNEN, Tiina; GARANDEUAU, Claire F.; SALMIVALLI, Christina. Different Approaches to Address Bullying in KiVa Schools: Adherence to Guidelines, Strategies Implemented, and Outcomes Obtained. *Prevention Science,* v. 22, n. 3/4. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/344874672_Different_Approaches_to_Address_Bullying_in_KiVa_Schools_Adherence_to_Guidelines_Strategies_Implemented_and_Outcomes_Obtained>. Acesso em: 25 fev. 2023.

KÄRNÄ, Antti; VOETEN, Rinus; LITTLE, Todd D.; POSKIPARTA, Elisa.; KALJONEN, Anne; SALMIVALLI, Christina. A large-scale evaluation of the KiVa antibullying program: Grades 4–6. *Child Development,* v. 82, n. 1, p. 311–330. 2011a. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/49807962_A_Large-Scale_Evaluation_of_the_KiVa_Antibullying_Program_Grades_4-6>. Acesso em: 11 fev. 2023

KÄRNÄ, Antti; VOETEN, Rinus; LITTLE, Todd D. ; POSKIPARTA, Elisa; ALANEN, Erkki; SALMIVALLI, Christina. Going to Scale: A Nonrandomized Nationwide Trial of the KiVa Antibullying Program for Grades 1–9. *Journal of Consulting and Clinical Psychology,* v. 79, n. 6, p.796 – 805. 2011b. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229556032_Going_to_Scale_A_Nonrandomized_Nationwide_Trial_of_the_KiVa_Antibullying_Program_for_Grades_1-9_vol_79_pg_796_201>. Acesso em: 11 fev. 2023.

KAUKIANEN, Ari; SALMIVALLI, Christina. *KiVa: Parents' guide.* University of Turku. Department of Psychology: Publication series From Research into Practice 5. 36p. 2009 Disponível em: <https://data.kivaprogram.net/parents/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

KiVa Antibullying Program. © *KiVa Program & University of Turku All Rights Reserved.* Programa Kiva Antibullyng. Disponível em: <https://www.kivaprogram.net/>. Acesso em 20 fev. 2023.

KUPIAINEN, Sirkku; HAUTAMÄKI, Jarkko; KARJALAINEN, Tommi. *The Finnish Education System an PISA*. Ministry of Education Publications, Finland. 2009. Disponível em: <https://julkaisut.valtioneuvosto.fi/bitstream/handle/10024/75640/opm46.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 fev. 2023.

KUTNER, Lawrence. *Parent & Child.* The New York Times, Nova York City, 28 de outubro de 1993. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/10/28/garden/parent-child.html>. Acesso em: 29 jan. 2023.

LOPES NETO, Aramis A. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, v. 81, n. , p. S164- S172. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/gvDCjhggsGZCjttLZBZYtVq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 04 mar. 2023.

LÓPEZ-CATALÁN, Blanca; MÄKELA, Tiina; SÁNCHEZ-SÁNCHEZ, Francisca; LÓPEZ-CATALÁN, Luis. Implementación del programa KiVa de antibullying en escuelas pioneras en España. *International Journal of Educational Research and Innovation (IJERI)*, v. 17, p. 198-214. 2022. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/IJERI/article/view/6252/6125>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MÄKELA, Tiina; LOPEZ-CATALÁN, Blanca. Programa de convivencia y anti-acoso escolar KiVa : Impacto y reflexión. *Anales de la Fundación Canis Majoris*, v. 2, p. 234-258. 2018. Disponível em: <https://jyx.jyu.fi/handle/123456789/60415>. Acesso em: 29 jan. 2023.

NOCENTINI Annalaura; MENESINI, Ersilia. KiVa Anti-Bullying Program in Italy: Evidence of Effectiveness in a Randomized Control Trial. *Prevention Science,* v. 17, n. 8, p. 1012-1023. 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27488457/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. *Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais:* Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. Orientador: Peter Spink. 2006. 139 p. Dissertação de Mestrado - Administração da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2423/53706.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OECD. *Education at a Glance 2022:* OECD Indicators. Paris, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/3197152b-en>. Acesso em: 18 nov. 2022.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; PASINI, Audri Inês; LEVANDOWSKI, Gabriel. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. *Psicologia:* teoria e prática. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 203-215. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200016>. Acesso em: 26 fev. 2023.

OLWEUS, Dan. *Bullying at school*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1993.

OLWEUS, Dan. Bully/victim problems in school. *Prospects*, v. 26, p. 331-359. 1996.

OLWEUS, Dan. School Bullying: Development and Some Important Challenges**.** *Annual Review of Clinical Psychology,* v. 9, p. 751-780. 2013. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-clinpsy-050212-185516>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PEREIRA, Beatriz Oliveira. *Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa. Lei Estadual nº 13.995, de 22 de dezembro de 2009. *Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de educação básica do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.* Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id= 912 & tipo=TEXTOORIGINAL>. Acesso em: 19 jan 2023.

PERSSON, Mattias; WENNBERG, LINN, BECKMAN, Linda; SALMIVALLI, Christina; SVENSSON, Mikael. The Cost-Effectiveness of the KiVa Antibullying Program: Results from a Decision-Analytic Model. *Prevention Science*, v. 19, n. 6, p. 728-737. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324942415_The_Cost-Effectiveness_of_the_KiVa_Antibullying_Program_Results_from_a_Decision-Analytic_Model>. Acesso em: 30 jan. 2023.

REPO, Juuso; HERKAMA, Sanna; SALMIVALLI, Christina. Bullying Interrupted: Victimized Students in Remote Schooling During the COVID-19 Pandemic. *International Journal of Bullying Prevention*. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s42380-022-00146-6>. Acesso em: 03 mar. 2023.

SALMIVALLI, Christina; KÄRNÄ, Antti; POSKIPARTA, Elisa. Counteracting bullying in Finland: The KiVa program and its effects on different forms of being bullied. *International Journal of Behavioral Development,* v. 35, n. 5. 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0165025411407457>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SANTILLANA CHILE. *Entrevista a Christina Salmivalli*. 2018. 1 vídeo (9 min 57 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rxkdqERLUl0>. Acesso em: 04 fev. 2023

SILVA, Flaviany; ASSIS, Simone Gonçalves. A prevenção à violência em programas interdisciplinares que atuam em escolas brasileiras e portuguesas. *Ciência & Saúde Coletiva,* 2, v. 9, p. 2899-2908. 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.12422018>. Acesso em: 30 jan 2023.

SILVA, Flaviany; ASSIS, Simone Gonçalves. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa.* São Paulo, v. 44. 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201703157305>. Acesso em: 30 jan 2023.

SMITH, Peter K; SHARP, Sônia. *The problem of school bullying. School bullying:* insights and perspectives. Londres; Nova Iorque: Routkedge, 1994.

UNIVERSITY OF TURKU. *KiVa Antibullying Program Expands to Dubai*. Disponível em: <https://www.utu.fi/en/news/news/kiva-antibullying-program-expands-to-dubai>. Acesso em: 28 fev. 2023.

VALENZUELA, Daniela; TURUNEN, Tiina; GANA, Sofía; ROJAS-BARAHONA, Cristian A. ARAYA, Ricardo; SALMIVALLI, Christina; GAETE, Jorge. Effectiveness of the KiVa Antibullying Program with and without the Online Game in Chile: a Three-Arm Cluster Randomized Controlled Trial. *Prevention Science,* v. 23, n. 8, p. 1470-1482. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35739339/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

WILLIFORD, ANNE; BOULTON, Aaron; NOLAND, Brian; LITTLE, Todd. D.; KÄRNÄ, Antti; SALMIVALLI, Christina. Effects of the KiVa anti-bullying program on adolescents' depression, anxiety, and perception of peers. *Journal of Abnormal Child Psychology*, v. 40, p. 289-300. 2012. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2012-02739-011>. Acesso em 22 fev. 2023.